

A.I. Nº - - 232948.0037/22-0  
AUTUADO - LENARGE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.  
AUTUANTES - AGILBERTO MARVILA FERREIRA E AVELINO PEREIRA DOS SANTOS FILHO  
ORIGEM - DAT METRO/ INFAZ ATACADO

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0111-06/23-VD**

**EMENTA:** ICMS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. OPERAÇÕES TRIBUTADAS TIDAS COMO NÃO TRIBUTADAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O imposto ora reclamado foi recolhido via conhecimentos de transporte complementares de ICMS, que inclusive não tiveram circulação física, o que foi reconhecido por um dos autuantes. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado no dia 16/09/2022 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$ 45.932,44, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei 7.014/96, sob a acusação da falta de recolhimento do imposto, em razão da prestação de serviços de transporte tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas (02, 03 e 04/2019).

Código da infração: 002.007.003. Enquadramento legal: artigos 1º, II; 2º, VI e 32 da Lei 7.014/96.

Consta que se refere a prestações interestaduais, nas quais figurou como tomador MG ÓXIDOS MINERAÇÃO LTDA. BA, CNPJ 25.462.356/0003-30, e destinatário ARCELORMITTAL BRASIL S/A ES, CNPJ 17.469.701/0104-82, com ICMS não recolhido pelo primeiro, o que violou as premissas do art. 298 do RICMS/12 e da IN 67/97, conforme os conhecimentos de transporte discriminados no demonstrativo (fls. 07/08).

O sujeito passivo ingressa com impugnação às fls. 13/14 (frente e verso), na qual inicia aduzindo a tempestividade da peça e assegurando que não há irregularidades nas prestações do serviço ou no recolhimento do tributo.

Segundo alega, os conhecimentos de transporte eletrônicos discriminados no verso da fl. 13 (CT-e), que são aqueles fiscalizados de 02/02/2019 até 03/04/2019, possuem CT-es complementares de ICMS, com o devido destaque do imposto.

Sustenta que a exigência configura *bis in idem*, pois o gravame como um todo foi regularmente recolhido na apuração mensal. Alega que os CT-es originários foram corretamente referenciados nos campos das observações gerais dos CT-es complementares. Para comprovar o quanto alegado, copia à fl. 14 o referido campo do CT-e complementar de ICMS cujo CT-e de origem é o de nº 5.199, de 02/02/2019 (demonstrativo de fl. 07).

Junta cópias da EFD (Escrituração Fiscal Digital), documentos de arrecadação estadual (com comprovantes de pagamento), e conclui pedindo deferimento.

Na informação fiscal, de fls. 31/32, um dos autuantes assevera que o tomador dos serviços não reteve o ICMS atinente às prestações relacionadas, motivo pelo qual caberia ao autuado o recolhimento do tributo, na condição de responsável solidário.

Entretanto, após analisar a EFD do impugnante, reconhece que, de fato, as suas argumentações defensivas são verdadeiras, pois todo o imposto ora reclamado foi recolhido via conhecimentos de transporte complementares de ICMS, que inclusive não tiveram circulação física.

## VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado sob a acusação da falta de recolhimento do imposto, em razão da prestação de serviços de transporte tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas.

Segundo os auditores, trata-se de prestações interestaduais, nas quais figurou como tomador MG ÓXIDOS MINERAÇÃO LTDA. BA, CNPJ 25.462.356/0003-30, e destinatário ARCELORMITTAL BRASIL S/A ES, CNPJ 17.469.701/0104-82, com ICMS não recolhido pelo primeiro, o que violou as premissas do art. 298 do RICMS/12 e da IN 67/97, conforme os conhecimentos de transporte discriminados no demonstrativo (fls. 07/08).

O art. 298 do RICMS/12 vigente à época dos fatos determinava que:

*“Art. 298. São sujeitas à substituição tributária por retenção as prestações de serviços de transporte, contratado pelo remetente da mercadoria, inscrito neste estado na condição de normal, e desde que realizadas por:*

*I – transportador autônomo;*

*II – empresa transportadora não inscrita neste estado, ainda que optante pelo Simples Nacional;*

*III – empresa transportadora inscrita neste estado, exceto se optante pelo Simples Nacional”.*

O tomador dos serviços não reteve o ICMS atinente às prestações relacionadas, motivo pelo qual caberia ao autuado o recolhimento do tributo, na condição de responsável solidário.

Entretanto, da análise da EFD do contribuinte, verifica-se que, de fato, as suas argumentações defensivas são verdadeiras, pois o imposto ora reclamado foi recolhido via conhecimentos de transporte complementares de ICMS, que inclusive não tiveram circulação física, o que foi reconhecido por um dos autuantes.

Infração descaracterizada.

Em face do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232948.0037/22-0**, lavrado contra **LENARGE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.**

Sala das Sessões Virtual do CONSEF, 03 de maio de 2023.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/ RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

VALTERCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR